

NOVO 

Cards de Diretrizes Políticas

REV. A - FEV2024

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS **SP**

Índice

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



Página
3

EDUCAÇÃO



Página
5

SAÚDE



Página
7

SEGURANÇA



Página
9

EMPREGO E DESENVOLVIMENTO



Página
11

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Página
13

ANEXOS



Página
15

Este documento foi elaborado com a participação dos filiados e apoiadores do Novo30 SJC. Trata-se de um conteúdo dinâmico. Por isso, qualquer voluntário que queira melhorar estas propostas será bem-vindo a trabalhar conosco no grupo GT Políticas Municipais, responsável por definir as políticas municipais dentro do Diretório de São José dos Campos. Estimulamos qualquer partido a adotar nossas propostas, visto que o nosso propósito é melhorar a qualidade de vida do joseense, independente de quem esteja no poder.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Mais de 7500 famílias de São José dos Campos merecem ter os seus imóveis regularizados.



Assunto

São José dos Campos conta hoje com mais de 140 loteamentos irregulares. Isso implica na vida de quase 65 mil munícipes idôneos, que compraram os seus lotes de pessoas ou empresas que não cumpriram com as suas obrigações, deixando os compradores sem a possibilidade de conseguirem a escritura do imóvel. Muitos desses lotes ainda se encontram em áreas de risco, de proteção ambiental ou em morros íngremes. Ou seja, sequer poderiam ter sido comercializados.

Com isso, houve a formação de bairros totalmente desprovidos de planejamento urbano, sem saneamento básico, guias, sarjetas, asfalto, iluminação pública e também sem atendimento de serviços públicos como linhas de ônibus, policiamento e postos de saúde. Além de toda essa precariedade que afeta diretamente a qualidade de vida do Joseense, a cidade também deixa de arrecadar impostos provenientes dessas áreas.

Soluções

1. Priorizar este tema nos órgãos da administração municipal

- Criar o Plano Municipal de Regularização Fundiária, devendo constar um cronograma de andamento do processo de regularização fundiária contendo, de maneira clara, todas as etapas do respectivo processo e metas a serem alcançadas junto às autoridades do executivo, legislativo, associações de bairro, ministério público, defensoria pública, entre outros;
- Revogar o inciso 1º e 2º do Artigo 184, da Lei Complementar municipal nº 651/2022;
- Pleitear uma previsão orçamentária adequada que garanta a realização das obras e contratações necessárias para a execução dos planos e políticas habitacionais, conforme Relatório Final da Comissão Temporária de Estudos de Regularização Fundiária, de 7 de novembro de 2022;
- Estimular soluções envolvendo parcerias com a iniciativa privada para acelerar a regularização.

2. Elaborar processos claros, eficientes e entendidos pela população

- Adotar exclusivamente o critério de renda para classificação dos núcleos em REURB-E ou REURB-S, em conformidade com a Legislação Federal, bem como atuar em conjunto com a Secretaria de Apoio Social para a realização das pesquisas socioeconômicas que garantam a aplicação dos critérios;

- Criar a Secretaria ou Subsecretaria de Regularização Fundiária, incorporando assim um corpo técnico e atividades voltadas para a regularização fundiária no município;
- Criar mecanismos de acesso à informação mais simplificados para que os interessados possam acompanhar o andamento dos seus respectivos processos;
- Revisar e implantar medidas mitigadoras de risco previstas no Plano Municipal de Redução de Riscos, promovendo a execução de obras que garantam a segurança e manutenção de famílias, ou garantindo a remoção digna com a inserção das famílias em políticas sociais de habitação, seja através de moradias ou de concessão imediata de aluguel social.

3. Criar uma Frente Parlamentar para garantir o acompanhamento e aplicação das medidas apontadas neste relatório

- Todos os bairros congelados devem ter um prazo definido para encerramento do congelamento (prazo máximo de 3 anos);
- Promover e acelerar a regularização dos núcleos anteriores ao marco legal estabelecido em Lei Federal e buscar adotar tecnologias para ampliar a fiscalização da expansão e surgimento de novos núcleos, além de buscar métodos que garantam a identificação de loteadores irregulares e impeçam a sua atuação no município.

Benefícios para a sociedade

- Aumento da arrecadação de impostos;
- Aumento da capacidade de obtenção de financiamentos para o josedense, uma vez que a propriedade passará a ser aceita como garantia;
- Eliminação da insegurança jurídica;
- Desfrute da real valorização dos imóveis;
- Aumento da qualidade de vida e prosperidade dos munícipes, através da chegada de serviços municipais e infraestrutura urbanística.

NOVO DESTINO NA EDUCAÇÃO

Profissionais inspirados,
alunos engajados e um
futuro transformado



Assunto

Em uma época em que a estrutura familiar sofreu alterações, a interação dos jovens passou a ter a internet como algo relevante. O aparecimento de novas tecnologias criou um ambiente desafiador para os educadores mas, no meio de tantos avanços e inovações, a importância de desenvolver as seguintes habilidades não mudou. Saber ler, interpretar, expressar suas idéias através da escrita, fazer contas, desenvolver o raciocínio lógico e ter noções de economia e empreendedorismo sempre será necessário aos mais de 86 mil alunos da rede pública de ensino de São José dos Campos, independente da geração e do nível tecnológico em que o mundo vai estar. Nesse sentido, o Novo tem como referência o programa desenvolvido na Prefeitura de Joinville, pelo Prefeito Adriano Silva e por sua Secretaria de Educação, sob a liderança do Diego Calegari, através do Programa “A Educação que Transforma”.

Soluções

1. Consciência plena dos professores

“Acreditar que todas as crianças podem aprender de diferentes maneiras, em cada fase da vida”. Compromisso este percebido pelo aluno, pais, funcionários e comunidade.

- Não terceirizar a responsabilidade do aprendizado para o aluno (são crianças ou adolescentes). Precisam de nós, adultos, para apoiar no processo de desenvolvimento, principalmente para aqueles que estão em situação especial ou de vulnerabilidade social.
- Educar é um trabalho em equipe. Por isto, devemos trabalhar de forma participativa, ouvindo professores, gestores, funcionários, pais e comunidade em geral.

2. Mudança de atitude sobre a progressão continuada

Apesar da legislação permitir que alunos tenham a progressão continuada (política de não reprovar o aluno) mesmo sem contemplar as habilidades e competências necessárias, precisamos ter o princípio de não utilizar esta alternativa. Todos devem aprender e dominar o conteúdo correto na época certa.

3. Compromisso com atitudes

- Que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprender e serem assíduos. Que recebam o apoio para

superarem suas dificuldades acadêmicas e também particulares que possam interferir no seu aprendizado;

- Que os alunos com necessidades especiais sejam devidamente diagnosticados no período certo, acompanhados e acolhidos de forma que possam desenvolver o seu potencial e sua autonomia;
- Que trabalhemos juntos - escola, família e comunidade - para garantir que todos os alunos atinjam as habilidades e competências essenciais e na época certa: “Ninguém fica para trás”.

4. Profissionais preparados, motivados e com condições de ensinar

- O sucesso de um sistema educacional é reflexo da qualidade de seus professores e equipe de suporte;
- Cursos de formação específica para profissionais na área de educação especial (ABA, LIBRAS);
- Plano de aulas estruturado e com clareza no currículo que deve ser aplicado (Mapa de Progressão de Atividades);
- Recuperação e reforço no contra-turno com profissionais diferentes dos que atuam com os estudantes;
- No caso de necessidade de abrir novos concursos, que esses adotem critérios para profissionais competentes na área de Educação Especial;
- Remuneração de acordo com o desempenho e desenvolvimento dos alunos, avaliando turma a turma.

5. Alunos presentes, motivados, com condições e dispostos a aprender

- Engajamento das famílias e busca ativa dos alunos com risco de evasão escolar, interagindo com a rede de proteção (Conselho Tutelar, Ministério Público, gestores do CRAS, CREAS, entre outros);
- Formação para pais e responsáveis, com orientações e capacitação sobre como poderão contribuir para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos seus filhos;
- Reforço escolar com atividades diferenciadas (entendendo e considerando as razões específicas do atraso de cada aluno) para o nivelamento das turmas e evolução nas habilidades e competências necessárias;
- Fortalecimento da rede de creches como forma de favorecer as capacidades cognitivas que são desenvolvidas nos primeiros anos de vida, melhorando as condições de aprendizagem no ensino fundamental.
- Complementação do currículo básico com atividades extra curriculares que estimulem hábitos saudáveis para a saúde da família e desenvolvimento de habilidades úteis para futura vida profissional e empreendedora.

6. Gestão Profissional voltada para Resultados

- Formação de liderança;
- Validar as decisões através da avaliação do seu impacto no resultado do aprendizado dos alunos;
- Foco no essencial e no básico.

Benefícios para a sociedade

- Garantir a liberdade de escolha do indivíduo é uma das obrigações do Estado. Mas uma criança que não tenha recebido a formação necessária para enfrentar o mercado de trabalho será privada desta liberdade, simplesmente porque não terá acesso as escolhas que os levam para a prosperidade quando na fase adulta;
- Aproximação dos pais aos agentes educadores e instituições, promovendo uma conscientização integradora. A escola passa a ser uma verdadeira porta de entrada de hábitos familiares que contribuem para melhoria da saúde (economia familiar, nutrição, hortas caseiras, higiene doméstica, etc), estimulando atitudes positivas para o convívio em sociedade e afastando as crianças e jovens da criminalidade;
- Educação mais humanizada, utilizando a tecnologia na medida certa;
- Oferecer igualdade de oportunidades onde todos, independente de onde nasceram, possam sim chegar lá, de acordo com seu esforço e dedicação. Só chegaremos lá através da Educação.

SAÚDE PARA A POPULAÇÃO

Pontualidade,
facilidade e
qualidade no
atendimento



Assunto

Saúde é um assunto de extrema importância pois estamos falando essencialmente de vida. Uma indisposição ou doença acaba tirando temporariamente o munícipe de suas atividades pessoais e econômicas além, é claro, dos malefícios particulares que isso causa. Atualmente, cerca de 350 mil joseenses passam anualmente pelo sistema público de saúde São José dos Campos, sem contar as demandas de outros municípios da região do Vale do Paraíba. Sem falar que a demora entre o agendamento do exame e o retorno da próxima consulta gera uma demora que pode prejudicar o tratamento ou até mesmo levar a desperdícios, uma vez que o exame realizado pode não ter mais utilidade. Por outro lado, muitos atendimentos poderiam ter sido realizados através de meios tecnológicos ou até mesmo evitados, se houvesse uma prevenção focada. Dessa forma, as soluções para a saúde residem no acesso à informação, na organização dos processos e no melhor emprego das verbas.

Soluções

1. Foco no Atendimento Primário

- Tomando como referência a cidade de Joinville, que tem Adriano Silva (Partido Novo) frente à Prefeitura, o foco em saúde preventiva têm gerado economias significativas no sistema de saúde. Quando assumiu, 58% dos recursos iam para atendimentos de média e alta complexidade como procedimentos cirúrgicos, por exemplo. Em apenas 6 meses, foi possível reduzir drasticamente os gastos com doenças crônicas e índices de complicação de hipertensão, diabetes e mortalidade infantil, se utilizando da educação voltada para a prevenção, envolvendo principalmente escolas, idosos e até moradores de rua.

2. Parcerias com a Iniciativa Privada

- Integração com entidades da iniciativa privada, como hospitais, laboratórios e consultórios, contratando a capacidade ociosa de equipamentos e mão de obra desses locais, pagando valores prefixados compatíveis com a tabela SUS e com credenciamento baseado em editais.

3. Modelos diferentes de atendimento no município, adotando aquele que traga melhor custo x benefício para cada público ou região

- Para atendimentos que, por sua natureza, envolvem um relacionamento mais próximo com o usuário, (como Saúde da Família, preventivo e saúde mental), priorizar a estrutura pública. Para realização de exames, atendimentos ambulatoriais e emergenciais, lançar mão da contratação de serviços junto a parceria privada sempre que necessário, a fim de diminuir as filas;
- Nas áreas periféricas, priorizar o atendimento via NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), onde o olhar abrangente sobre a saúde se torna mais efetivo inclusive em questões como renda, nutrição, saneamento, acessibilidade, segurança. Já nas áreas centrais, priorizar o modelo de UBSs grandes, com vários consultórios médicos, dentistas e equipamentos de prevenção e promoção da saúde, complementado ainda por atividades que contribuam para a manutenção do estado saudável da população, como pistas de corrida, caminhadas, hortas terapêuticas, playgrounds e academias ao ar livre.

4. Informatização do Sistema de Saúde Público

- Adoção de aplicativos para agendamento de consultas;
- Uso da Telemedicina onde for apropriado, inclusive o uso da telemedicina interna, onde os generalistas tem o suporte dos especialistas durante o atendimento na UBS.

Benefícios para a sociedade

Ganhos imediatos na qualidade de vida dos munícipes, pois a conscientização sobre hábitos saudáveis reflete de imediato no bem-estar público, além de ser uma medida que se torna cultural, refletindo a longo prazo;

- A parceria com setor privado auxilia a reduzir as filas de atendimento a um custo viável;
- Facilidade e agilidade no agendamento e confirmações de consultas, além da transparência quanto ao tamanho real da fila de atendimento, expectativa de prazo e critérios de ordenação da fila, possibilitando que o munícipe possa fiscalizar se alguém furou a fila ou não.

SEGURANÇA PÚBLICA



Assunto

Todos nós temos passado por situações onde a sensação de insegurança nos alcança quase que diariamente e isso vem aumentando nos últimos anos. A segurança pública é uma responsabilidade compartilhada entre as Polícias Federal, Militar, Civil, Guarda Civil Municipal e os próprios municípios. As entidades que possuem mais estrutura na região são da esfera Estadual (Polícia Civil e Militar). Mesmo assim a GCM, com um efetivo menor (aproximadamente 350 agentes), tem ocupado papel de destaque na manutenção da segurança local. Não podemos falar em defesa da vida, da liberdade e da igualdade de oportunidades sem falarmos sobre segurança pública. As portas de entrada para o mundo do crime precisam ser combatidas na base.

Soluções

1. Um olhar abrangente e integrado sobre a segurança

- Continuidade e fortalecimento de projetos como a “São José Unida”, assumindo o protagonismo municipal na definição das políticas de segurança pública da cidade em conjunto com a Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria de Inovação e Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Apoio ao Cidadão, Manutenção da Cidade e demais secretarias;
- Emprego e educação pública de qualidade são as melhores vacinas contra a criminalidade;
- Temos que dar atenção aos pequenos delitos, que são os primeiros passos para os grandes crimes.

2. “Fluxos” (tripé conscientização, estímulo e controle)

- Educação e conscientização, divulgando junto aos formadores de opinião do público que participa dos “Fluxos” (influenciadores, escolas, mídia, etc.) os impactos sobre a vizinhança das práticas de “Fluxos” fora das práticas lícitas;
- Dar alternativas para os encontros e aglomerações, desde que dentro da lei, inclusive com participação da iniciativa privada;
- Baseada nos dados investigativos e de inteligência, promover a presença antecipada de forças policiais e equipes de fiscalização nos locais onde os eventos serão realizados;
- Rigor nas multas (Convênio da Secretaria de Mobilidade para facilitar a aplicação de multas pela CGM);

- Implementação de medidas de dispersão do evento em fases, iniciando com uso intensivo de câmeras para identificar os participantes problemáticos e aplicação do uso da força de forma progressiva.

3. Moradores de Rua

- Averiguar casos de moradores de rua com dependência de drogas;
- Diferenciar quem está nas ruas por falta de opção daquele que está determinado a permanecer;
- Com base nas informações coletadas nos tópicos acima, dar tratativas caso a caso em parceria com entidades sociais que já oferecem amparo aos mais necessitados e órgãos municipais como Fundo de Apoio Social, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social e outras, localizando seus familiares e ressignificando as suas propostas de vida;
- Em parceria com iniciativa privada, capacitar o morador de rua visando a sua reintegração ao mercado de trabalho.

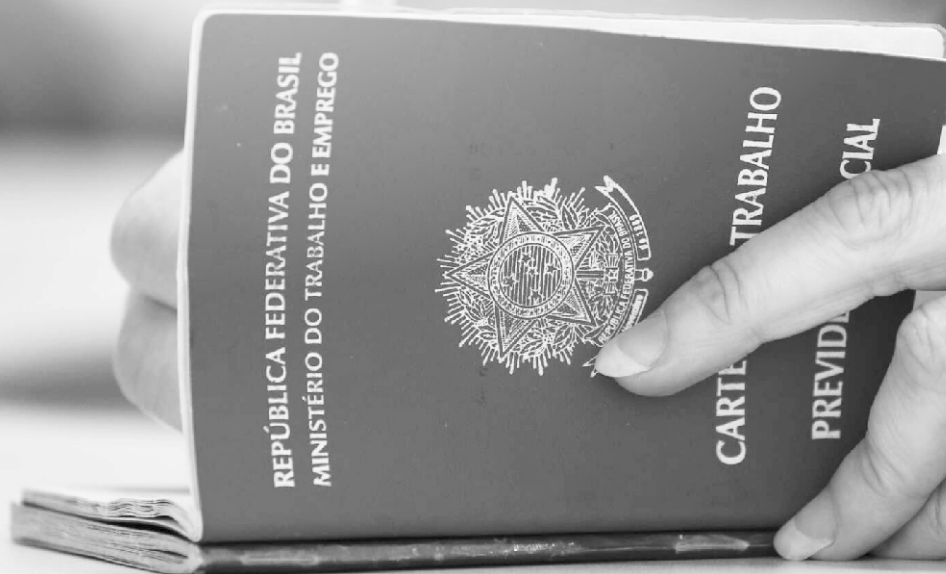
4. Câmeras

- Aumento de interconexão das câmeras de uso privado à rede pública, que pode inclusive ser feito através do antigo City Câmeras (que está sendo substituído pelo programa estadual Smart SP);
- Ampliação da rede de monitoramento em tempo real.

Benefícios para a sociedade

- Aumento imediato da sensação de segurança;
- Diminuição das queixas de perturbação de sossego;
- Mitigação do tráfego de drogas e influências negativas para os jovens;
- Mais velocidade na resposta a crimes em andamento e investigações mais assertivas;
- Integração social daquele cidadão marginalizado, porém não criminoso.

EMPREGO E DESENVOLVIMENTO



Assunto

O melhor programa social que existe é o emprego. Nos últimos 8 anos, entretanto, o desemprego ficou acima dos 10%*. Entre jovens de 15 a 24 anos de idade, o resultado é ainda pior, acima de 20%, mostrando que nossos jovens ainda têm dificuldades para se inserir no mercado de trabalho e começar a vida adulta financeiramente independentes. A renda média do brasileiro encerrou 2022 em R\$ 2.533,00 mensais, 2,6% abaixo do que era em 2012. Não registramos praticamente nenhum progresso em uma década. Segundo os dados da PNAD contínua, em 2019, 90% da população tinha uma renda inferior a R\$ 3.500,00 mensais. E nas últimas quatro décadas, a produtividade de hora trabalhada no Brasil cresceu apenas 0,6% ao ano.

Parte dessa estagnação é causada pela dificuldade de empreender e inovar no país. São extensas a burocracia e a insegurança jurídica provocadas por regras complexas e incertas, os longos procedimentos para abrir e operar empresas, os códigos tributários confusos e as exigências excessivas de licenças prévias à atividade.

O Brasil é um país repleto de burocracias que, ao longo das últimas décadas, só se expandiram. Precisamos reverter essa direção, revisando as normas, mantendo apenas as exigências necessárias e digitalizando e automatizando os processos administrativos. A disposição para investir, contudo, depende da segurança do empreendedor de que o poder público não será mais uma dificuldade ao seu negócio. A insegurança jurídica e a falta de regras claras e processos simples torna o município menos competitivo em relação aos demais, fazendo com que os empresários optem por se instalar em outros territórios, e isso deve ser combatido.

A adoção de algumas ideias tem gerado resultados na prática, como na cidade de Patos de Minas (NOVO), que alcançou índices de empregabilidade superiores à média de seu estado (MG) em 2022. Saindo da pandemia, em 2021, Joinville também se destaca por resultados semelhantes, sendo a cidade que mais criou postos de trabalho em Santa Catarina**.

O que levou essas cidades a resultados tão expressivos foi buscar ser o mais competitivo possível, atraindo investimentos e facilitando a geração de emprego. Isso passa pela criação de um ambiente de negócios simples, rápido e barato, além da busca ativa de investidores para a cidade. Regras em excesso, complexas e subjetivas, são o terreno perfeito para corruptos, pois quanto mais dificuldades existirem, mais vantajoso será oferecer uma facilidade de forma irregular.

A solução para diminuir o desemprego existe, mas é composta pela participação de diversas esferas públicas que precisam desempenhar os seus papéis de maneira muito colaborativa e focada. Conheça algumas das propostas do NOVO para a redução do desemprego:

* Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua trimestral, do IBGE

** G1 (Conheça as 20 cidades de SC que mais geraram empregos no primeiro bimestre de 2022).

Soluções

1. Redução da burocracia, simplificação e transparência

- Aprimorar e eliminar leis e normas desnecessárias, digitalizando e automatizando sistemas, para reduzir subjetividades e burocracias que dão origem a oportunidades de corrupção;
- Digitalizar e automatizar os sistemas e processos, incluindo a gestão de filas de acesso a serviços públicos e a tramitação de documentos, visando aumentar a transparência e a eficiência e eliminar favorecimentos e casos de corrupção;
- Aderir à Lei de Governo Digital (LGD) e regulamentar sua aplicação, criando base normativa que incentive a digitalização de procedimentos burocráticos e de serviços públicos com ênfase no aumento da eficiência pública.

2. Fortalecimento da livre concorrência e tenha a facilitação da abertura e desenvolvimento das empresas

- Reduzir a burocracia e regulamentações que exigem autorização do poder público para a realização de atividades privadas, especialmente em áreas consideradas de baixo risco, para eliminar potenciais focos de corrupção;
- Simplificar processos e leis e implementar políticas para fortalecer a livre concorrência, estimulando a abertura de empresas e a geração de emprego;
- Criar as Salas do Empreendedor, onde a população possa encontrar todos os serviços e suportes necessários para abrir e gerir suas empresas, principalmente em regiões periféricas;
- Aprovar e implementar uma legislação de Sandbox Regulatório, criando um ambiente de teste de inovações entre órgãos privados, incentivando a inovação e aumentando a produtividade da economia;
- Ter uma gestão ativa na atração de investimentos, elaborando guias de investimentos, indo em eventos e contatando empresas, associações, federações, embaixadas ou consulados e demais entidades do setor produtivo para promover as vantagens competitivas da cidade.

3. Ter como foco as seguintes metas:

- Melhorar o desempenho em índices de competitividade;
- Aumentar o PIB per capita do município;
- Reduzir o tempo médio para abertura de uma empresa

Benefícios para a sociedade

- Melhora de desempenho em índices de competitividade;
- Aumento do PIB per capita do município;
- Aumento das receitas do município com base nos impostos;
- Redução do tempo médio para abertura de uma empresa;
- Mitigação das possibilidades de corrupção ao longo dos processos;
- Inserção de capital circulante na economia, em função de novos consumidores ativos;
- Desenvolvimento comercial orgânico naturalmente desencadeado por novas oportunidades de negócio.



DIRETRIZES PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Assunto

Quando somos mal atendidos em qualquer empresa ou comércio (meio privado), deixamos de frequentar aquele local e ainda espalhamos essa má experiência para as pessoas próximas. Mas, e quando somos mal atendidos em alguma instituição pública? Não tem outra opção a não ser continuar suportando qualquer que seja a falta de compromisso pois não existe concorrentes naquele setor. Isso dá uma sensação de impotência e falta de gestão. Dentre aproximadamente 9.500 Servidores Públicos de São José dos Campos, muitos são verdadeiros exemplos no desempenho de seus trabalhos - que inclusive merecem ser reconhecidos por isso - mas aqueles que demonstram falta de compromisso e baixo desempenho em seus papéis precisam ser repensados.

Soluções

1. Avaliação de desempenho

- Criação de um sistema transparente e claro de avaliação dos funcionários e dos cargos comissionados;
- Bônus diferenciados baseados nos resultados desse sistema de avaliação;
- Reajustes salariais diferenciados para a base do funcionalismo público em relação a elite (necessita mudança na lei);
- Plano de Carreira para aqueles com melhor desempenho;
- Substituição dos funcionários com baixo desempenho por pessoas mais motivadas e vocacionadas para servir a população;
- Através de canais digitais, a população pode contribuir com a avaliação de desempenho.

2. Racionalização da quantidade de cargos comissionados

Avaliação curricular dos mesmos e combate às regalias e mordomias como forma de obter verbas para equiparação salarial dos cargos públicos que possuem defasagem em relação a iniciativa privada.

3. Ouvidoria para o Servidor Público

Criação de um canal sigiloso vinculado à Promotoria Pública, para denúncias de irregularidades sobre processos, projetos, contratos, assédios e outros incidentes que ocorram dentro da administração pública.

4. Otimização de recursos

- Otimização de equipamentos e recursos humanos já existentes nos quadros atuais antes de partir para terceirização, principalmente nos setores com bons índices de aprovação pela população;
- Adotar a terceirização com boas regras, que permitam o acompanhamento, fiscalização e cobrança de desempenho das terceirizadas.

5. Licitações

- Realizar licitações de obras sempre com base no projeto executivo e não no projeto básico, minimizando os aditivos contratutais;
- Utilizar, quando aplicável, contrato de garantia de execução, com o próprio contratado ou com um terceiro, dependendo do porte da licitação.

6. Transparência pra combater o favorecimento dos “Amigos do Rei”

Dar transparência e publicidade para as filas de vaga de escolas, vagas de cirurgias, dos serviços de manutenção, entre outros, assim como publicar os critérios de priorização destas filas de forma que, se alguém furar a fila, os prejudicados possam fiscalizar e denunciar.

Benefícios para a sociedade

- Ganho de qualidade na prestação dos serviços públicos, reconhecido pelo cidadão;
- Melhores condições de trabalho para o Servidor Público;
- Sistema de trabalho e reconhecimento baseado na meritocracia.

ANEXOS

NOVO30
A GENTE RESPEITA O BRASIL 